



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

Informativo

UNIÃO EUROPEIA

Edição 35 - Agosto de 2016

twitter.com/SistemaCNA
facebook.com/SistemaCNA
instagram.com/SistemaCNA

www.cnabrazil.org.br
www.canaldoprodutor.tv.br



O segundo semestre europeu começa agora

O recesso de verão europeu acabou e, aos poucos, Bruxelas volta à normalidade. Durante o mês de agosto, as instituições europeias praticamente não funcionaram e, muito embora estivessem com um quadro de funcionários ativo, na prática, nenhuma decisão importante foi tomada. Para a agricultura brasileira e do Mercosul, essa volta pós-férias tem importância e deve ser acompanhada com cuidado. Isso porque, em setembro, deve

ser apresentada pela Comissão Europeia uma avaliação de impacto cumulativo em acordos comerciais. O estudo foi uma das exigências dos Estados-Membros para que as negociações comerciais continuassem avançando. A avaliação será importante, pois esclarecerá como acordos comerciais já impactaram na agricultura europeia e quais as perspectivas de impacto em negociações comerciais em andamento, inclusive do Acordo de Asso-

ciação Birregional entre a União Europeia e o Mercosul.

Em relação ao tema, também durante o mês de setembro, o Comitê de Política Comercial (TPC, em inglês) colocará em discussão a atualização dos textos da proposta apresentada pelo Mercosul. A próxima rodada de negociação para o Acordo UE-Mercosul está prevista para ocorrer entre 10 e 14 de outubro, em Bruxelas.

Novos embaixadores nas missões do Brasil junto à União Europeia e OMC

A Missão do Brasil Junto à União Europeia terá um novo embaixador a partir de setembro, quando se muda para Bruxelas, na Bélgica, Everton Vieira Vargas. O diplomata brasileiro assume a missão em um momento em que o Brasil, integrado ao Mercosul, participa da retomada das negociações para um acordo com a União Europeia, cuja próxima rodada deve ocorrer em outubro. Gaúcho de Santo Angelo, Everton Vieira Vargas tem 61 anos e recentemente ocupava a cadeira de Embaixador do Brasil na Argentina. Antes disso foi Embaixador do Brasil na Alemanha e subsecretário-geral político e diretor do departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

Antes de assumir o cargo, o Embaixador viajou a Brasília, onde se reuniu com o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins da Silva Junior, e também com a equipe que compõe a Superintendência de Relações Internacionais (SRI), da CNA. Vargas ouviu do presidente da CNA um relato dos principais temas que a CNA acompanha em Bruxelas e sobre a agenda da Confederação para o setor em relação à União Europeia.

O Embaixador é bacharel em direito pela UniDF, mestre em relações internacionais pela Boston University e Doutor em Sociologia, com louvor, pela Universidade de Brasília. No Itamaraty ele foi chefe da divisão de ciência e tecnologia e do meio ambiente; serviu na embaixada de Bonn, na Alemanha; na missão do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque, e na embaixada de Tóquio.

Também foi negociador-chefe do Brasil no Foro Intergovernamental de Florestas entre 1998 e 2000 e nas reuniões sobre mudança do clima, especialmente nas Conferências das Partes da Convenção Quadro entre 2001 e 2004, e 2007. Representou o MRE na Comissão Interministerial dos Recursos do Mar e na Comissão Intergovernamental sobre Mudança do Clima do Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, e o presidente da República do Brasil, na Reunião das Grandes Economias sobre Segurança Energética e Mudança do Clima em 2007 e 2008.

Em 2007, o Embaixador lançou o livro "O Legado do Discurso", uma reunião de vários artigos sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como de outros temas de relações internacionais

e Direito Internacional. Em 2005, Vargas preparou a participação do Presidente da República na Reunião do G-8 em 2005, e atuou como "sherpa" pelo Brasil na preparação das reuniões de Cúpula do G-5, do G-8 em 2007 na Alemanha e 2008 no Japão. Em 2006 coordenou a retirada de quase três mil brasileiros do Líbano por ocasião do confronto entre Israel e o Hezbollah.

NOVO EMBAIXADOR TAMBÉM EM GENEBRA - A missão do Brasil Junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) também terá um novo embaixador. Evandro Didonet foi escolhido pelo Ministro das Relações Exteriores, José Serra. Ele substitui o também embaixador Marcos Galvão, que assumiu a secretaria-geral do Itamaraty.

Didonet também é gaúcho, nasceu em Santa Maria, e antes de mudar-se para Genebra, na Suíça, ocupava o posto de embaixador do Brasil na Áustria junto à Agência Internacional de Energia Atômica. O diplomata concluiu o Instituto Rio Branco em 1980, é especialista em comércio e fez quase toda sua carreira na área econômica. O posto na OMC é estratégico dentro do objetivo do governo de aumentar a participação brasileira na economia mundial.

Brasil apresenta proposta de apoio doméstico na OMC

A Missão do Brasil junto à OMC apresentou recentemente na Organização Mundial do Comércio (OMC) uma proposta que tem por objetivo contribuir para as negociações no âmbito da Rodada Doha da OMC. O documento foi apresentado na Sessão Especial do Comitê de Agricultura da OMC, antes do recesso de verão europeu, com o apoio da Argentina, Colômbia e Paraguai, e deve levar a OMC a fazer reflexões sobre como melhorar as regras para a questão dos subsídios à produção. Por sugestão da CNA, o adido agrícola da Missão do Brasil Junto à OMC, em Genebra, Luís Henrique Barbosa da Silva, preparou um artigo para explicar o que é essa proposta e como ela pode beneficiar a agricultura brasileira no âmbito das negociações multilaterais.

Confira o artigo na íntegra:

A Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), que vem se arrastando desde 2001, trouxe poucos resultados relevantes para o setor agrícola brasileiro, segmento de grande importância para economia nacional. Os resultados obtidos na Conferência Ministerial de Nairóbi ainda são tímidos para melhorar a competitividade das exportações brasileiras. A fim de impulsionar as negociações agrícolas, o Brasil apresentou, recentemente, na OMC, um documento, no qual sugere alguns pontos para negociação. Espera-se, com isso, melhorar o ambiente internacional para as exportações agrícolas do Brasil.

Em 2008, os Membros da OMC estiveram próximos de fechar um acordo para a agricultura. O documento base dessa negociação, conhecido por documento de modalidades Rev.4, continha avanços em três importantes temas para o setor agrícola: apoio doméstico; subsídios à exportação; e acesso a mercados. No entanto, as negociações fracassaram. Os anos seguintes foram marcados por paralisia, apesar de seguidas tentativas de se retomar as negociações. Passados oito anos, a agricultura ainda é o tema central da negociação.

Na Conferência Ministerial de Nairóbi (2015) houve algum avanço para a agricultura. Nesse momento, decidiu-se pelo fim dos subsídios diretos à exportação, cujo benefício para as exportações

brasileiras é pequeno. Nos meses que se seguiram à Ministerial de Nairóbi, os Membros da OMC se lançaram em novas tentativas de melhorar as normas que regulam o setor agrícola, com foco nos dois pilares restantes, quais sejam, apoio doméstico e acesso a mercados.

As regras multilaterais para o comércio de produtos agrícolas ainda devem avançar nas áreas de acesso a mercados e apoio interno. Melhorar em acesso a mercado significa reduzir as barreiras tarifárias elevadas, utilizadas com o intuito de evitar a concorrência de produtos importados mais baratos provenientes de países onde a produção é mais eficiente. Apoio interno é o subsídio concedido por um governo na produção, compra, armazenagem, transporte, garantia de preço ou qualquer outra forma de benefício que traga mais vantagem ao setor quando comparado ao restante da economia. Assim, avançar em apoio doméstico significa reduzir a possibilidade de governos concederem ajuda financeira ao setor produtivo. Os países ricos concedem volumes de recursos desproporcionalmente elevados quando comparados à maioria dos países mais pobres. Em 2011, a União Europeia gastou, com os subsídios considerados mais distorcivos, US\$ 15 bilhões, enquanto o Brasil gastou US\$ 3,6 bilhões.

Há, no momento, uma percepção de que um avanço em apoio doméstico se mostra mais factível do que um avanço em acesso a mercados, que possui forte resistência por parte de alguns países. Em junho de 2016, o Brasil apresentou, na Sessão Especial do Comitê de Agricultura da OMC, um documento de trabalho, com apoio de Argentina, Colômbia e Paraguai, a fim de provocar reflexões sobre como melhorar as regras para apoio doméstico. O governo brasileiro entende que a regulamentação do apoio interno é um componente essencial para o sucesso da próxima Ministerial.

Em resumo, o texto apresentado pelo Brasil contém os seguintes pontos de reflexão:

- O primeiro diz respeito à necessidade de haver, ou não, um limite global para o apoio interno com efeito distorcivo. As

ideias apresentadas são uma inovação de um item da proposta contida no documento de modalidades Rev.4, no qual era tratado o conceito de OTDS (sigla em inglês, Overall Trade-Distorting Domestic Support) como base para redução dos subsídios. Esperava-se que, ao final das negociações, cada país tivesse um valor máximo permitido para os seus subsídios. O OTDS era composto pela soma dos subsídios de apoio interno mais distorcivos (caixa amarela), pelos subsídios que limitam a produção (caixa azul) e os chamados de minimis (valores de subsídios de caixa amarela permitidos até certo percentual do valor da produção). O documento brasileiro inova ao apresentar outras possibilidades para um limite geral de apoio interno. Por exemplo, um percentual em relação ao valor da produção, e não um valor fixo como a proposta inicial. Além disso, sugere a alteração da estrutura do Acordo de Agricultura, convergindo os distintos tipos de subsídios em apenas uma forma.

- O segundo ponto trata de uma redução dos compromissos já assumidos pelos países na OMC. Os percentuais de redução poderiam ser negociados para cada tipo de subsídio, e a redução ocorreria de forma gradual. Além disso, em cada Conferência Ministerial, poderiam ser negociados níveis adicionais de redução, sempre buscando diminuir a possibilidade de concessão de subsídios pelos governos.

- O terceiro ponto diz respeito a alterações em elementos do Acordo de Agricultura, culminando com a limitação dos subsídios concedidos por produtos específicos. Essa modificação poderia, eventualmente, ser utilizada como complemento ao limite global apresentado no primeiro ponto.

- O último ponto apresenta alternativas mais inovadoras, como a limitação do uso de recursos financeiros para apoio interno em relação ao volume da exportação dos produtos beneficiados ou à participação desses produtos subsidiados nas exportações mundiais.

De forma geral, essas ideias foram bem-recebidas pelos demais Membros.

Espera-se que esse documento brasileiro se torne uma proposta negociadora aceitável em curto horizonte de tempo. O quarto ponto, o mais ambicioso e inovador, foi alvo de perguntas e comentários, o que evidencia o interesse

dos Membros por novas ideias e, talvez, a vontade de conquistar bons resultados para a agricultura. O Brasil espera obter o consenso entre os Membros já na próxima Conferência Ministerial em 2017. Assim, o sistema multilateral

poderá avançar no tema de agricultura que por muito tempo foi deixado às margens das conquistas obtidas pelo setor de bens não agrícolas.

União Europeia quer contribuição dos estados-membros para a negociação com Mercosul

A Direção-Geral de Comércio da Comissão Europeia preparou um questionário para receber informações sobre assuntos relacionados à negociação do acordo UE-Mercosul. O objetivo da pesquisa é receber informações que possam ajudar na definição de prioridades ao longo das rodadas de negociação entre ambos os blocos, que terão nova rodada em outubro. O questionário é dividido em quatro pares: comércio de bens; comércio de serviços e investimento; regras e outras questões. Empresas europeias têm até 3 de outubro para enviar uma contribuição.

Quem participar deverá responder a perguntas sobre fluxo de comércio e oportunidades, procedimentos alfandegários, regras de origem, normas e regras técnicas, defesa comercial, direitos de propriedade intelectual, etc. O público alvo

são empresas e organizações empresariais com experiência em fazer negócios com países do Mercosul.

O pilar comercial inclui acesso ao mercado e de regras melhoradas para bens industriais e agrícolas, serviços e estabelecimentos e compras governamentais; bem como regras sobre propriedade intelectual, concorrência, além de facilitação do comércio, barreiras técnicas ao comércio (TBT), questões sanitárias e fitossanitárias (SPS), regras de origem, instrumentos de defesa comercial, de energia e matérias-primas e disposições em matéria de PME.

As negociações entre União Europeia e o Mercosul começaram no ano 2000. Naquela época estava baseada em pilares de diálogo político, cooperação e comér-

cio. Quatro anos mais tarde, em 2004, foi realizada uma troca de ofertas, porém as negociações foram suspensas em 2008. Em 2010 o diálogo foi relançado, avançou por dois anos, mas não seguiu adiante. Em 2015, após a Cúpula UE-CELAC, ambos os blocos voltaram a dialogar e em maio desse ano uma segunda troca de ofertas foi realizada. Para o Mercosul, a oferta da União Europeia foi incompleta, pois ocorreu sem cotas para carne bovina e etanol.

Negociadores de ambos os blocos vão se reunir entre 10 e 14 de outubro para discutir os textos revisados das ofertas. Em relação a esse tema, o mês de setembro será importante, já que a União Europeia quer finalizar todas as atualizações necessárias na primeira quinzena do mês. 🌱